PELA ORDEM

PAULO BEHR FERRO
pferro@j.com.br

TV TEC

Durante suspensão na sessão de ontem6, a gestora da TV TEC, Mônica Gropelo, subiu ao plenário para falar da parceria entre a instituição e a TV Câmara. Ela chamou o projeto de "pioneiro" e afirmou que transmitir notícias de Jundiaí em canal aberto é algo esperado há 18 anos. "Reduzimos 20 cargos na TV TEC e teremos de 3 a 4h diárias de programação com conteúdo local", comemora.

Uber

O munícipe Bruno Pinto Hoehne usou a Tribuna Livre da sessão desta terça-feira (21) para criticar a proposta da Prefeitura de Jundiaí de regulamentar o uso de aplicativos de mobilidade, mesmo que ainda não haja uma lei federal sobre o assunto. Para Bruno, a prefeitura deveria "facilitar a vida dos taxistas e reduzir suas taxas, ao invés de dificultar as dos motoristas de Uber e encarecer o serviço".

Audiência hoje

A Câmara Municipal de Jundiaí será palco hoje, às 19h, da 8ª audiência pública da 17ª Legislatura. O item único da pauta é o Projeto de Lei 12.381/2017, do prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB), que fixa o orçamento da cidade para o exercício de 2018. A audiência é aberta a toda comunidade e deverá ter a presença de vereadores e alguns gestores da prefeitura.

➤ **SESSÃO DA CÂMARA**

Proposta quer evitar que o patrimônio previdenciário dos servidores seja investido em instituições "aproveitadores"

Aprovado projeto que regula investimentos do Iprejun

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@j.com.br

Foi aprovado ontem, durante sessão ordinária da Câmara de Jundiaí, um projeto de lei que estabelece critérios para os investimentos realizados pelo Instituto de Previdência do Município de Jundiaí (Iprejun), de forma a trazer mais segurança para os servidores públicos. O PL 11.517 foi acatado junto de sua emenda, que altera o projeto a pedido dos próprios membros do órgão público, e foi ratificado por 14 votos a favor, uma abstenção e dois votos contrários.

A diretora administrativa e financeira do Iprejun, Cláudia Cézar, explica que a instituição é responsável por fazer a gestão dos benefícios previdenciários dos servidores municipais, titulares de cargos efetivos, inativos e seus dependentes. Isso significa que o dinheiro que seria descontado desses profissionais como contribuição ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) vai para o Iprejun, assim como a contribuição patronal paga pela prefeitura. "Esse montante é investido em instituições financeiras para render e aumentar o patrimônio. Assim, conseguimos garantir o pagamento de aposentadorias, pensões, 13º e outros benefícios", explica Cláudia.

A instituição já possui um documento que regulamenta o uso de seus recursos financeiros, a Resolução 3.922, do Banco Central. "Já possuímos limitações em relação às porcentagens a serem investidas em renda fixa ou variável, limitações quanto ao patrimônio do fundo e outras mais. Por isso, pedimos que o vereador em questão (Paulo Sérgio Martins, autor do PL) altere a lei original para não nos restringir ainda mais e nos causar complicações para os investimentos", emenda a diretora do Iprejun.

O texto original do PL pretendia limitar as aplicações financeiras do Iprejun à instituições que possuam patrimônio igual ou superior a 20 vezes o patrimônio líquido do órgão jundiaiense. Para investimentos imobiliários, o projeto previa que as instituições a receber o montante deveriam possuir patrimônio no mínimo 10 vezes maior ou igual ao patrimônio líquido da instituição.

De acordo com Cláudia, após conversa com o autor, foi pedido que o projeto fosse alterado para permitir investimentos em instituições que possuíssem valor igual ou superior à apenas uma vez o patrimônio do órgão público. "Caso o projeto mantivesse a limitação às organizações financeiras com patrimônio 20 vezes maior, estaríamos limitados a apenas 15 instituições", explica Cláudia. "Instituições menores também possuem bons resultados, especialmente quando se trata de aplicações de renda variável, como a bolsa de valores".

Também foi pedido que o projeto alterasse o termo "patrimônio líquido" para "patrimônio sob gestão", pois os valores iriam limitar ainda mais a atuação financeira do órgão. Segundo Cláudia, o patrimônio líquido do Iprejun é muito variável para ser usado como parâmetro. "O valor líquido possui resultado diferente mês a mês, pois em novembro e dezembro, por exemplo, pagamos 13º, o que abaixa o resultado", completa. Hoje, o patrimônio líquido do Iprejun está em torno de R$ 80 milhões.

NO PLENÁRIO Sessão teve alguns munícipes protestando com cartazes, ainda sobre a questão de gênero e a Escola Sem Partido